

Superávit bate recorde, mas não paga dívida

31 JAN 2006

Economia chegou a 4,84% do PIB em 2005. Relação do PIB com a dívida ficou estável em 51,6%

LORENNIA RODRIGUES E
SANDRA NASCIMENTO
BRASÍLIA E SÃO PAULO

A economia do governo com o pagamento de juros foi bem além da meta de 4,25% do Produto Interno Bruto (PIB) previamente estabelecida para 2005 e chegou ao recorde de 4,84% do PIB. O superávit primário — arrecadação menos despesas, sem contar os juros do setor público consolidado (União, estados, municípios e estatais) — fechou o ano passado em R\$ 93,5 bilhões. Apesar de superar a meta em R\$ 10,8 bilhões, o arrocho fiscal não foi suficiente para pagar os juros da dívida, que praticamente se manteve estável, inflada pelos juros altos.



Puxados pela alta da Selic — que passou de 16,25% em 2004 para 19,05% em 2005, considerando-se a taxa média anual —, os juros nominais da dívida do setor público alcançaram R\$ 157,1 bilhões no ano passado, o equivalente a 8,13% do PIB. Em 2004, esse montante era de R\$ 128,3 bilhões, ou 7,26% do PIB.

“A carga de juros aumentou com o crescimento da taxa básica de juros, o que já era de es-

perar. O que é importante é que esse resultado primário superavitário propiciou a estabilidade da dívida”, disse ontem o chefe do Departamento Econômico do Banco Central, Altamir Lopes.

A dívida líquida do setor público chegou a R\$ 1 trilhão, o que equivale a 51,6% do PIB. Em 2004 era 51,7%.

“Ter um saldo primário salutar, mas a pergunta é que se faz é: vale a pena deixar de

Continua na página A-4

Superávit bate recorde, mas não...

Setor público

fechou o ano com um déficit nominal de R\$ 63,6 bilhões ou 3,29% do PIB

LORENNIA RODRIGUES E
SANDRA NASCIMENTO
BRASÍLIA E SÃO PAULO

Continuação da página A-1

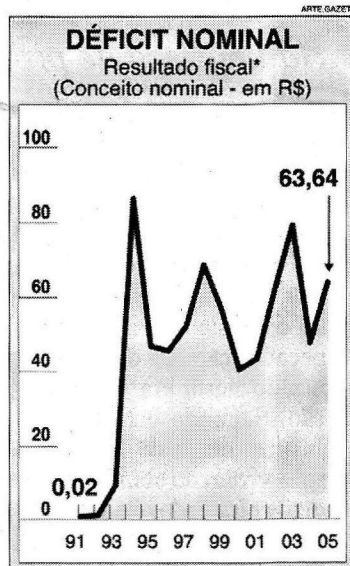
“Investir e crescer para sustentar a atual política de juros e de controle da inflação?”, indagou o diretor-executivo do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi), Júlio Gomes de Almeida.

Com a economia menor do que o montante a pagar em juros, o setor público fechou o ano com um déficit nominal (resultado do superávit primário descontado o pagamento de juros) de R\$ 63,6 bilhões ou 3,29% do PIB. Em 2004, o déficit foi de R\$ 47,1 bilhões (2,67% do PIB).

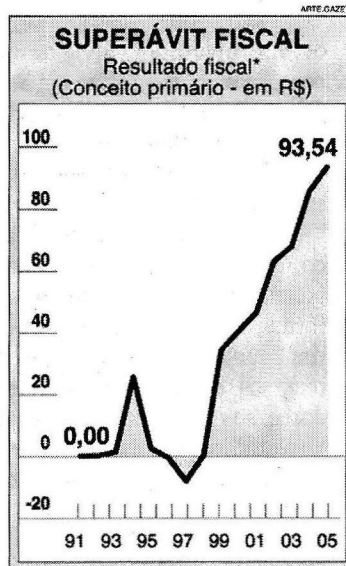
“Com a taxa de juro extremamente elevada, é até positivo que você tenha conseguido pelo menos manter a relação dívida/PIB estabilizada. Só conseguiu manter porque teve essa política fiscal mais apertada”, disse o economista Silvio Campos Neto, do Banco Schahin, à agência Reuters.

MELHOR DESDE 1991

Mesmo sem ser suficiente para pagar os juros da dívida, o superávit primário nominal em 2005 foi o maior desde 1991, sendo a relação com o PIB (4,84%) a maior desde 1994. Contribuíram para isso o superávit do Governo Central (Tesouro Nacional, Banco Central e Previdência Social), de R\$ 55,7 bilhões, dos governos re-



Fontes: BC e Centro de Informações da Gazeta Mercantil * R\$ de dez/05 em 12 meses



Fontes: BC e Centro de Informações da Gazeta Mercantil * R\$ de dez/05 em 12 meses

gionais, que somaram R\$ 21,3 bilhões (o maior desde 1991) e das empresas estatais, de R\$ 16,4 bilhões. Para 2006, Lopes disse acreditar que a relação dívida/PIB caia para 50,3%.

“Levando-se em consideração todos os parâmetros do mercado (taxas de juro encerrando o ano a 15,8% e dólar em R\$ 2,39, segundo previsão do mais recente relatório de mercado divulgado ontem pelo Banco

“A médio e longo prazo, esses processos retiram a capacidade de crescimento da economia”, diz o Iedi

Central) acredito que tenhamos uma redução considerável”, disse o executivo do Banco Central. Lopes espera ainda que o déficit nominal do setor público feche 2006 em 2,7% do PIB. Segundo ele, as despesas com o pagamento dos juros deve ficar em 7% neste ano.

A dívida mobiliária federal

(títulos emitidos pelo Tesouro e BC) em poder do mercado totalizou R\$ 979,7 bilhões em dezembro, ou 50,5% do PIB. Em 2004, esse valor era de R\$ 810,2 bilhões (43,8% do PIB).

CRESCIMENTO PENALIZADO

“Ter um saldo primário é salutar para que o Brasil reduza o seu endividamento, mas da forma como foi obtido no ano passado, une dois lados negativos: o aumento da carga tributária e a redução do investimento público, especialmente em infraestrutura”, disse ontem o diretor-executivo do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi), Júlio Gomes de Almeida.

“A curto prazo, esses processos vão permitindo que o setor público mantenha controle do seu endividamento, mas, a médio e longo prazo, retiram capacidade de crescimento da economia, o que compromete que tal ‘ajustamento’ das contas públicas se projete em um horizonte maior de tempo.”

Para ele, “se não encontrarmos caminho que permita a re-

dução da taxa de juros, não teremos solução para um equilíbrio de longo prazo das finanças públicas”, disse, destacando a elevada carga de juros paga pelo setor público brasileiro em função da excepcionalmente alta taxa de juros que vigora na economia.

Ao lembrar que a conta de juros em 2005 chegou a R\$ 157,1 bilhões (8,1% do PIB), valor R\$ 29 bilhões superior aos R\$ 128,2 bilhões (7,2% do PIB) registrados em 2004, Gomes de Almeida calcula que só o valor só do aumento dos gastos com juros no ano passado corresponde a cinco vezes o total de recursos com o Programa “Bolsa Família” nesse mesmo ano (estimados em R\$ 500 milhões/mês) e que beneficiou 7,5 milhões de pessoas.

“Em parte, o aumento do resultado primário (cerca de R\$ 12 bilhões) compensou este total de R\$ 29 bilhões adicionais de gastos, mas o restante resultou em aumento do déficit global (o chamado “resultado nominal”) do setor público de R\$ 47 bilhões em 2004 para R\$ 63,6 em 2005 (3,3% do PIB, contra 2,7% em 2004), uma diferença de R\$ 16,5 bilhões, aproximadamente o mesmo valor que se elevou a dívida líquida do setor público que pela primeira vez superou a marca de um trilhão de reais (em 2004 foi R\$ 985 bilhões).

Ainda segundo o executivo do Iedi, “em proporção do PIB, a dívida líquida manteve-se praticamente inalterada entre dezembro de 2004 e dezembro último (51,7% e 51,6%, respectivamente). O efeito do crescimento do PIB foi o fator que, junto com o maior superávit primário, neutralizou o impacto do maior gasto com juros sobre a relação dívida/PIB”.